



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - Brasília/DF - CEP 70070-600
www.cnj.jus.br

TERMO ADITIVO

PRIMEIRO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 006/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E PODERES EXECUTIVO E JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO E A FUNDAÇÃO NOVA CHANCE, PARA OS FINS QUE SE DESTINA.
(Processo CNJ SEI n. 03064/2020)

O **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**, com sede no SAF Sul Quadra 02, Lotes 05/06, Blocos E e F, Brasília/DF, CNPJ n. 07.421.906/0001-29, doravante denominado **CNJ**, neste ato representado por sua Presidente, Ministra **ROSA WEBER**, com fundamento no art. 6º, inciso XXXIV, do Regimento Interno, e no art. 6º da IN n. 75/2019; e, de outro lado, o **GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**, com sede no Palácio dos Paiaguás, Rua Des. Carlos Avalone, s/n, Centro Político Administrativo, Cuiabá/MT, CNPJ n. 03.507.415/0001-44, doravante denominado **GEMT**, neste ato representado por seu Governador, **MAURO MENDES FERREIRA**; o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, com sede no Centro Político Administrativo, Rua C, S/N, Cuiabá/MT, CNPJ n. 03.979.663/001/0001-98, doravante denominado **TJMT**, neste ato representado por sua Presidente, Desembargadora **CLARICE CLAUDINO DA SILVA**, e a **FUNDAÇÃO NOVA CHANCE**, com sede na Rua Governador Jarí Gomes, n. 454, Boa Esperança, Cuiabá-MT, CNPJ n. 09.490.144/0001-48 autorizada pela Lei Complementar Estadual nº 291/2007 e institucionalizada pelo Decreto 1.478, de 29/07/2008, doravante denominada **FUNAC**, neste ato representada por seu Presidente, **WINKLER FREITAS TELES**, **RESOLVEM** celebrar o presente Primeiro Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica n. 006/2020, com fundamento no art. 116 da Lei 8.666/93, no que couber, e, ainda, mediante as cláusulas e condições a seguir enumeradas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO ADITIVO

1.1. O presente Termo de Aditamento tem por finalidade incluir o item 2.2.5 na Cláusula Segunda (Do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso) e alterar a Cláusula Terceira (Da Adesão) do Termo de Cooperação Técnica n. 006/2020, originalmente firmado entre as partes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

2.1. As partes, de comum acordo, decidem incluir o item 2.2.5 na Cláusula Segunda, item 2.2 – DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO.

2.2.5. Promover o acompanhamento da metodologia Escritório Social, mediante a destinação de equipes psicossociais credenciadas às Comarcas que possuem Escritório Social implantado,

as quais permanecerão vinculadas ao Juízo das Execuções Penais, mediante a observância da necessidade local.

2.2. As partes, de comum acordo, decidem alterar a Cláusula Terceira – DA ADESAO, cuja redação passará a ser:

3.1 Os municípios, órgãos públicos ou entidades que manifestarem interesse em aderir ao presente Termo poderão fazê-lo mediante a assinatura de Termo de Adesão, conforme modelo constante do Anexo I.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1. O presente Termo Aditivo tem vigência a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

4.1. O extrato do presente instrumento será publicado no Diário Oficial da União, pelo CNJ, de acordo com o entendimento do Tribunal de Contas da União expresso no Acórdão n. 911/2019 - Plenário.

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO

5.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Termo de Cooperação Técnica n. 006/2020 no que não colidam com a presente disposição.

E, por estarem assim ajustados, assinam os PARTÍCIPES o presente instrumento, para todos os fins de direito.

Ministra **ROSA WEBR**
Presidente do Conselho Nacional de Justiça

Desembargadora **CLARICE CLAUDINO DA SILVA**
Presidente do Tribunal de Justiça – MT

MAURO MENDES FERREIRA
Governador do Estado de Mato Grosso

WINKLER FREITAS TELES
Presidente da Fundação Nova Chance

ANEXO I

TERMO DE ADESAO PARA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE ATENÇÃO À PESSOA EGRESSA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Declaração firmada pela PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE _____, objetivando desenvolver ações no âmbito da política de atenção à pessoa egressa do sistema penitenciário. O Prefeito do Município de _____, nome do(a) prefeito(a)____, declara firme vontade de

desenvolver ações no âmbito da política de atenção à pessoa egressa do sistema prisional, conforme estabelecido na Resolução CNJ n. 307, de 17 de dezembro de 2019, e demais legislações correlatas, observando os seguintes critérios:

1. O presente Instrumento tem por finalidade o desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes, visando à cooperação para a efetiva implementação, acompanhamento e avaliação de uma política de atenção à pessoa egressa do sistema penitenciário, nos termos propostos em leis e diretrizes nacionais e internacionais, concretizando, desta forma, as condições institucionais necessárias para a implementação de Escritório(s) Social(is).

2. **CONDIÇÕES:** A efetivação do presente Termo de Adesão dar-se-á mediante as condições estabelecidas no Plano de Trabalho que irá compor, num prazo de 60 dias, o Termo de Cooperação Técnica n. 006/2020, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça, o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, o Governo do Estado de Mato Grosso e a Fundação Nova Chance.

3. **ATUAÇÃO COORDENADA:** o Município buscará desenvolver ações coordenadas com o Governo do Estado de Mato Grosso, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso, a Fundação Nova Chance e o Conselho Nacional de Justiça, visando à efetividade e qualidade das ações de atenção às pessoas egressas, conforme Manuais dos Escritórios Sociais publicados pelo Conselho Nacional de Justiça.

4. **GESTOR LOCAL:** indica para gestor local do presente instrumento o(a) senhor(a) _____, Cédula de Identidade _____, expedida em _____, CPF _____, endereço eletrônico _____, que doravante será responsável pela execução das atividades previstas no Plano de Trabalho supramencionado.

5. **VIGÊNCIA:** o presente Termo de Adesão passará a vigorar a partir de sua assinatura, com vigência até o término do Termo de Cooperação Técnica n. 006/2020, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça, o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, o Governo do Estado de Mato Grosso e a Fundação Nova Chance.

6. RESPONSABILIDADES:

a. são responsabilidades gerais do **Tribunal de Justiça de Mato Grosso:**

a.1. Responsabilizar-se pela divulgação do Escritório Social do Município de _____ e seus respectivos serviços aos juízes do Estado de Mato Grosso, orientando-os para receberem as equipes técnicas para fins de alinhamento das ações que serão implementadas em conjunto;

a.2. Encaminhar por meio de juízes das Varas de Execução Penal as pessoas egressas do sistema prisional ou realizar o acompanhamento das condicionalidades atinentes àquelas;

a.3. Priorizar a destinação de penas pecuniárias para a implantação, o fomento e fortalecimento dos projetos e serviços do Escritório Social; e

a.4. Realizar o processamento da execução penal, dos benefícios e da análise das condicionalidades interpostas à população atendida pela política de atenção às pessoas egressas, considerando relatórios técnicos elaborados pela equipe do Escritório Social.

a.5. Promover o acompanhamento da metodologia Escritório Social, mediante a destinação de equipes psicossociais credenciadas às Comarcas que possuem Escritório Social implantado, as quais permanecerão vinculadas ao Juízo das Execuções Penais, mediante a observância da necessidade local.

b. são responsabilidades gerais do **Governo do Estado de Mato Grosso:**

b.1. Sob responsabilidade da Fundação Nova Chance, executar, por meio do Escritório Social, de ações necessárias para o acolhimento, atendimento e acompanhamento das pessoas egressas do sistema

penitenciário por equipes multidisciplinares, responsáveis pela articulação da rede de serviços de proteção e inclusão social, além de outras políticas e programas ofertadas pelo poder público;

b.2. Buscar a efetividade das ações a serem desenvolvidas pelo Escritório Social, por meio da instalação e manutenção de sede e da estruturação de equipe multidisciplinar, com competência técnica social, articulação de parcerias estratégicas, formação e capacitação da rede social parceira, atendimento, encaminhamento e acompanhamento das pessoas egressas do sistema penitenciário, bem como da comunicação sistemática junto ao Poder Judiciário;

b.3. Empreender a sistematização dos dados registrados, garantindo a proteção dos dados pessoais sensíveis, bem como a disponibilização de informações de caráter público para produção de conhecimento que norteará a condução da política de atenção da pessoa egressa do sistema penitenciário do Estado, contribuindo para melhorias nas ações desenvolvidas;

b.4. Nortear as ações do Escritório Social na promoção e garantia de direitos, implementando ações voltadas à promoção de equidade de raça e gênero, bem como processos formativos para profissionais das unidades prisionais, das políticas públicas e redes de serviços, considerando marcadores de diversidade (raça, gênero, orientação sexual, geração, etnia e saúde mental).

b.5. Por meio da Subsecretaria Adjunta de Administração Penitenciária, da Secretaria Estadual de Segurança Pública, subsidiar o Escritório Social com o envio de cópias de prontuários e outros documentos relativos à pessoa egressa;

b.6. Sensibilizar as equipes psicossociais das unidades prisionais para realizar ações junto a pré-egressos, para apresentar o Escritório Social nos procedimentos de soltura, bem como para o fornecimento de informações às Varas de Execução e à equipe do Escritório Social;

b.7. Por meio da Secretaria da Casa Civil, disponibilizar servidor responsável pela articulação interinstitucional do Escritório Social junto à rede de políticas públicas sociais, órgãos do Sistema de Justiça Criminal e organizações da Sociedade Civil, visando a promover estratégias alinhadas de atuação, tais como: protocolos de atendimento, fluxos de encaminhamento, atendimento e discussão de casos em conjunto, capacitações, entre outras ações.

c. são responsabilidades gerais do **Município de _____**:

c.1. Executar as ações necessárias para o acolhimento, atendimento e acompanhamento das pessoas egressas do sistema penitenciário por equipes multidisciplinares, responsáveis pela articulação da rede de serviços de proteção e inclusão social, além de outras políticas e programas ofertados pelo poder público;

c.2. Disponibilizar os recursos financeiros necessários para o desenvolvimento e sustentabilidade dos serviços prestados pelo Escritório Social, bem como a estruturação do serviço, com a definição do local, instalações e aparelhamento do Escritório em conjunto com a Vice Governadoria do Governo do Estado e conforme estabelecido no Plano de Trabalho mencionado na Cláusula Primeira, Parágrafo Segundo do Termo de Cooperação Técnica n. 006/2020, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça, o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, o Governo do Estado de Mato Grosso e a Fundação Nova Chance;

c.3. Fornecer a equipe técnica multidisciplinar necessária à instalação e funcionamento do Escritório Social, composta de pelo menos (01) coordenador/a, 01 psicólogo/a, 01 assistente social, 01 bacharel/a em Direito, 01 auxiliar administrativo;

c.4. Inserir no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária Anual a ação do Escritório Social, a fim de garantir a continuidade e sustentabilidade do serviço.

Local, xx de xxxx de 20xx.

PREFEITO (A)

Município de _____



Documento assinado eletronicamente por **ROSA MARIA PIRES WEBER, PRESIDENTE**, em 21/06/2023, às 20:51, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MAURO MENDES FERREIRA, Usuário Externo**, em 22/06/2023, às 17:22, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **WINKLER DE FREITAS TELES, Usuário Externo**, em 22/06/2023, às 17:31, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Clarice Claudino da Silva, Usuário Externo**, em 23/06/2023, às 19:05, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no [portal do CNJ](https://portal.do.cnj) informando o código verificador **1588573** e o código CRC **F919CAF6**.